

SUMÁRIO

1	CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO	1
1.1	Aplicação das normas constitucionais às relações privadas.....	1
1.1.1	Eficácia indireta ou mediata	6
1.1.2	Eficácia direta ou imediata.....	12
1.2	A pessoa como centro do ordenamento jurídico	19
1.2.1	A codificação e o papel da pessoa nas relações privadas: a perspectiva moderna.....	21
1.2.2	A personalização e o papel da pessoa nas relações privadas: a perspectiva contemporânea	24
1.3	A teoria do patrimônio mínimo	29
1.3.1	A vedação à doação universal	33
1.3.2	A inalienabilidade testamentária	35
1.3.3	O bem de família	37
1.3.4	O enfoque processual	42
1.4	A teoria do umbral de acesso ao Direito Privado e o Direito Privado como garantidor de acesso aos bens	44
1.4.1	O acesso ao trabalho	46
1.4.2	O acesso à justiça.....	49
1.4.3	O acesso das vítimas à reparação	51
1.4.4	O acesso à propriedade privada.....	52
1.4.5	O acesso aos bens públicos	53
1.4.6	O acesso ao mercado.....	53
1.4.7	O acesso ao discurso público-imprensa e indivíduo	54
1.4.8	O acesso à contratação.....	55
1.4.9	O acesso ao consumo.....	56
1.4.10	O acesso à saúde	58

2	EMPRESA E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	61
2.1	Da mercancia ao fenômeno jurídico da empresa.....	61
2.1.1	O Direito Mercantil.....	62
2.1.2	O Direito Comercial	65
2.1.3	O Direito Empresarial.....	68
2.2	A teoria jurídica da empresa	73
2.2.1	A teoria de Alberto Asquini.....	74
2.2.1.1	Perfil subjetivo.....	75
2.2.1.2	Perfil funcional.....	77
2.2.1.3	Perfil objetivo	78
2.2.1.4	Perfil corporativo	79
2.2.2	A teoria de Waldírio Bulgarelli.....	81
2.3	O novo Direito da Empresa e a incidência dos valores constitucionais nas relações empresariais.....	86
2.4	Bem jurídico empresarial e seus fundamentos constitucionais	88
2.4.1	Noção de bem	90
2.4.2	O conceito de bem jurídico.....	91
2.4.3	A disciplina dos bens no Código Civil	92
2.4.4	A evolução do conceito de bem jurídico e o bem jurídico empresarial.....	98
2.4.4.1	Os direitos difusos	100
2.4.4.2	Os direitos coletivos.....	101
2.4.4.3	Os direitos individuais homogêneos	102
2.5	Empresa como pessoa jurídica titular de direitos fundamentais	103
2.6	Função social da empresa como instrumento legitimador da proteção do patrimônio mínimo empresarial	105
2.6.1	Fundamentos jusfilosóficos	105
2.6.2	Fundamentos constitucionais	108
2.6.3	Fundamentos infraconstitucionais.....	113
2.6.4	Fundamentos doutrinário e jurisprudencial.....	115
2.6.5	Função social e preservação da empresa.....	118
3	PRESERVAÇÃO DA EMPRESA E DEFESA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO EMPRESARIAL	123
3.1	Recuperação e preservação da empresa: o direito das empresas em crise	123

3.1.1	Contextualização histórica.....	124
3.1.2	A legislação atual e o enfoque na preservação da empresa...	128
3.2	A teoria da desconsideração da personalidade.....	142
3.2.1	Os efeitos da personalização	142
3.2.2	Contextualização histórica da teoria da desconsideração.....	145
3.2.3	A teoria e a sua positivação no ordenamento jurídico brasileiro.....	146
3.2.4	A evolução da teoria e a desconsideração da personalidade positiva.....	147
3.3	Aspectos processuais e patrimônio mínimo	151
3.4	Fraude contra credores e a preservação da empresa.....	157
3.4.1	Fraude contra credores no Direito Civil.....	158
3.4.2	Fraude contra credores, ação revocatória e o Direito Falimentar	161
3.5	A teoria do adimplemento substancial e a preservação da empresa	164
3.5.1	Noções gerais e principiológicas	164
3.5.2	Conceito de inadimplemento	167
3.5.3	A resolução do contrato em virtude de inadimplemento	170
3.5.4	A experiência estrangeira e o adimplemento substancial	172
3.5.5	O ordenamento jurídico brasileiro e o adimplemento substancial.....	176
3.5.6	Adimplemento substancial e o bem jurídico empresarial.....	181
	REFERÊNCIAS.....	185